

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA)

PROJETO DE
AUTOAVALIAÇÃO
INSTITUCIONAL
CICLO AVALIATIVO
2024-2026



editora
unoesc

PROJETO DE AUTO AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL 2024 – 2026
DADOS DA INSTITUIÇÃO

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA – UNOESC
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CPA

CORPO DIRIGENTE DA UNOESC

Reitor

Ricardo Antonio De Marco

Vice-reitores de Campus

Campus Chapecó

Carlos Eduardo Carvalho

Campus de São Miguel do Oeste

Vitor D'Agostini

Campus de Videira

Carla Fabiana Cazella

Campus de Xanxerê

Genesio Téio

Pró-reitora de Ensino

Jaciney Aparecida Danielli

Pró-reitor de Pesquisa, Pós-graduação, Extensão e Inovação

Kurt Schneider

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CPA

Representantes do corpo docente

Camila Michelin – Coordenador
Daiane Pavan – Chapecó
Clair Fátima Zacchi – SMO
Vanessa Wegner Agostini – Videira
Silvana Giacomini Colett – Xanxerê

Representantes do corpo discente

Evelin Ludke – Chapecó
Rebeca Nagel de Marco – Joaçaba
Letícia Casagrande – SMO
Heloyze Grando – Videira
Fernando Davi Cittadella – Xanxerê

Representantes do corpo técnico-administrativo

Leonice Troiani – Chapecó
Fagner Lourenci Rosa – Joaçaba
Tássia Aparecida Souto Paludo – SMO
Thais Ortiga – Videira
Sandra da Silva – Xanxerê

Representantes da sociedade civil

Gilson Vivian – Chapecó
Samara Zarpelon – Joaçaba
Tatiane Regina Pivetta – SMO
Sidecler Pauvels Zago – Videira
Tereza Cristina Giordani – Xanxerê

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	5
2 A UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	7
3 A TRAJETÓRIA DA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA UNOESC	8
4 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	9
5 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE AVALIAÇÃO	11
6 PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	12
7 OBJETIVOS	13
8 DIRETRIZES	14
9 EIXOS, DIMENSÕES E PROCESSOS DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	15
9.1 EIXO 1 – MISSÃO E OBJETIVOS INSTITUCIONAIS	17
9.2 EIXO 2 – FORMAÇÃO	19
9.3 EIXO 3 – PESQUISA, INOVAÇÃO E EXTENSÃO	20
9.4 EIXO 4 – ATENDIMENTO AO DISCENTE.....	21
9.5 EIXO 5 – GESTÃO	22
10 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	24
10.1 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS.....	24
10.2 TÉCNICAS, FONTES E INSTRUMENTOS DE PESQUISA	25
10.3 ETAPAS DOS PROCESSOS AVALIATIVOS	25
10.4 TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS	27
11 SOCIALIZAÇÃO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO	28
12 ESTRUTURA DE APOIO À CPA.....	31
REFERÊNCIAS.....	33

1 APRESENTAÇÃO

A Comissão Própria de Avaliação torna público o Projeto de Autoavaliação Institucional da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc) referente ao Ciclo Avaliativo 2024–2026. Criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) tem o propósito de avaliar a qualidade da Educação Superior, visando ao aumento da sua eficácia institucional, acadêmica e social, de modo a aprofundar os compromissos e responsabilidades sociais das Instituições de Ensino Superior (IES), por meio da valorização de sua missão pública e da afirmação da autonomia e da identidade institucional (BRASIL, 2004).

A Avaliação Institucional possui natureza complexa, uma vez que envolve vários agentes, múltiplas dimensões, processos e momentos. Necessita ser sistêmica, global e integrada com os processos de avaliação externa. Dá-se a partir das dez dimensões, agrupadas em cinco eixos, previstas na Lei do Sinaes, quais sejam: missão e PDI; política para ensino, pesquisa, pós-graduação e extensão; responsabilidade social da IES; comunicação com a sociedade; as políticas de pessoal, carreiras do corpo docente e de técnico-administrativo; organização de gestão da IES; infraestrutura física; planejamento de avaliação; políticas de atendimento aos estudantes; sustentabilidade financeira.

O Sinaes é responsável pela avaliação das instituições de ensino superior, dos cursos e do desempenho dos estudantes. Avalia o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente e as instalações.

A Avaliação Institucional é mediada por duas instâncias, a instância institucional, em que ocorrem os processos de Autoavaliação Institucional de responsabilidade da Comissão Própria de Avaliação (CPA), seguindo as orientações e diretrizes do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP) e pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES); e a instância externa, de responsabilidade do INEP.

O Projeto de Autoavaliação Institucional é, portanto, documento que propõe política, diretrizes e ações a serem implementadas pela Unoesc no Ciclo Avaliativo 2024–2026. O texto apresenta, inicialmente, breve apanhado histórico da Instituição e da sua experiência na Autoavaliação Institucional. Num segundo momento, são apresentados os pressupostos teóricos e metodológicos a partir dos quais pretende atuar, assim como as políticas norteadoras dos processos avaliativos, seus princípios e objetivos.

Num terceiro momento, serão planejados os processos de Autoavaliação Institucional, definindo os instrumentos, o público-alvo e a periodicidade, assim como os pressupostos e procedimentos metodológicos a serem adotados nesses processos.

Por fim, o Projeto mostra como se dará o envolvimento dos diversos agentes nos processos de autoavaliação e as formas como os resultados serão socializados e apropriados pelos diferentes públicos, como dirigentes, professores, estudantes, técnico-administrativos e comunidade externa.

2 A UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA

A Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc) é mantida pela Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina (Funoesc), entidade educacional criada pela Lei Municipal nº 545, de 22 de novembro de 1968, com sede na Rua Getúlio Vargas, nº 2125, município de Joaçaba, Santa Catarina (SC). É qualificada como IES Comunitária, nos termos da Lei nº 12.881, de 12 de novembro de 2014 e da Portaria nº 634, de 30 de outubro de 2014.

A Unoesc foi credenciada para atuar como universidade pelo Ministério da Educação em 14 de agosto de 1996. Em 19 de março de 2009, foi credenciada pelo MEC para atuar na educação a distância, através da Portaria nº 258/2009 e, em 2018, passou por processo de Recredenciamento, alcançando conceito máximo (5).

A Instituição localiza-se em uma região que se estende desde a parte inferior do alto Vale do Rio do Peixe, polarizada pela cidade de Videira, em direção à cidade polo do Vale do Rio do Peixe, Joaçaba e em direção ao Oeste e extremo Oeste, polarizada pelas cidades de Xanxerê, Chapecó e São Miguel do Oeste. O IBGE denomina essa região de Mesorregião Oeste Catarinense, constituída de 118 municípios, com população estimada em 1.294.228 habitantes (IBGE, 2019). O Oeste representa a maior área territorial entre as mesorregiões do Estado, com 27.365 km². Faz fronteira com as mesorregiões do Norte Catarinense e Serrana, com o Paraná, Rio Grande do Sul e com a Argentina.

3 A TRAJETÓRIA DA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA UNOESC

A Unoesc implantou a Avaliação Institucional ainda nos anos 90, quando criou, em 1995, o Programa de Avaliação Institucional da Unoesc (PAIU), inspirado no Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), instituído pelo MEC.

A partir de 2005, a Unoesc adequou seus processos de Autoavaliação Institucional ao que propunha o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, criando a Comissão Própria de Avaliação (CPA) e institucionalizando a política de Autoavaliação Institucional.

Em 2014, a Instituição aderiu ao Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (ProIES), migrando para o Sistema Nacional de Educação Superior. A partir de então, a CPA passa a avaliar, de forma sistemática, não somente os processos de ensino-aprendizagem dos cursos de graduação, como a gestão, a infraestrutura, a pós-graduação *lato e stricto sensu* e o ensino a distância. Também foi possível conhecer melhor o perfil dos ingressantes, assim como o posicionamento dos diplomados no contexto socioeconômico, mediante aplicação de instrumentos de pesquisa. De lá para cá, também tem sido fundamental a participação da comunidade externa nos processos de avaliação, representada por órgãos públicos e privados e por entidades e empresas.

Em 2016, a CPA passou por processo de reestruturação, objetivando conferir maior organicidade junto à Gestão da Instituição, aproximando a Avaliação Institucional com o Planejamento Institucional. Reflexo desse processo, em 2023, foi criado – com abrangência institucional – o setor de Planejamento e Avaliação Institucional para promover maior alinhamento entre as demandas internas e externas e a preposição de iniciativas de melhoria pelo setor de Avaliação Institucional.

No ciclo 2024–2026, os esforços da CPA serão direcionados no sentido de consolidar a institucionalização de práticas avaliativas que sejam estruturantes, adentrando a questões colocadas pelos aprendizados decorrentes da pandemia do coronavírus e a consequente mudança no perfil dos estudantes, o uso de novas plataformas virtuais de aprendizagem, entre outras, ajustando os processos de autoavaliação da educação superior. Somam-se a essas atividades, a análise estrutural das avaliações (redação das questões, número de questões), periodicidade das avaliações, buscando – quando possível – criar instrumentos consolidados para as modalidades de ensino ofertadas pela Universidade, objetivando a análise comparativa das frentes de atuação universitárias.

4 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

A autoavaliação constitui processo significativo para o autoconhecimento da Instituição, oportunizando à comunidade acadêmica a refletir sobre si mesma. Nesse sentido, possui caráter formativo e tem por objetivo avaliar não somente os processos de ensino e aprendizagem, como também, a atuação da Instituição junto à comunidade, comprometida com a formação humana e o desenvolvimento regional.

A avaliação da educação superior brasileira, nos últimos tempos, tem sido objeto de debates e de produções acadêmicas, com diferentes visões e concepções. Educadores como Sguissardi (1995), Afonso (2000), Dias Sobrinho (2003), Ristoff (2003), Baggi e Lopes (2011) e Duarte e Alvim (2015) vêm trabalhando esta questão, contrapondo uma tendência meritocrática, de regulação e de controle, com uma concepção de avaliação formativa, voltada para a melhoria da qualidade acadêmica.

A avaliação meritocrática busca imprimir a lógica da produtividade, da racionalidade, do ranqueamento e da *accountability*. Para isso, utiliza-se da avaliação como instrumento de aferição dessa produtividade. Nessa perspectiva, o Estado estabelece uma relação de controle sobre as IES.

A avaliação formativa, por sua vez, concebe a Avaliação Institucional em sua dimensão processual e global, com ênfase na participação dos segmentos da comunidade interna e externa. Nessa perspectiva, a avaliação constitui processo reflexivo e integrador.

O texto da Lei do Sinaes prima por uma avaliação de educação superior que seja participativa, com ênfase na avaliação dos processos de gestão pedagógica e administrativa, visando ao autoconhecimento da instituição e à tomada de decisão.

Por sua vez, a avaliação meritocrática prima pela fragmentação dos processos. Ora são avaliados os docentes, ora os discentes, ora a infraestrutura, sem, contudo, haver organicidade e conectividade entre os processos. Tal concepção persegue a lógica cartesiana, imaginando-se que a partir da soma das partes se chegará ao todo. Nessa lógica, estuda-se um fenômeno ou resolve-se um problema decompondo-o em partes.

A teoria dos sistemas desenvolvida por Morin (2000) propõe outra lógica: o todo é mais importante do que a soma das partes, pois dele emergem qualidades que não são percebidas nas partes. A avaliação institucional, nessa perspectiva, compreende todo um conjunto de elementos estruturais e processuais que ultrapassam as partes em si, na direção do todo, da globalidade sistêmica.

A avaliação constitui processo de autoconhecimento e de autocrítica da instituição; é instrumento para a tomada de decisão em relação às suas atividades. Ela implica que todas as partes envolvidas estabeleçam um diálogo interno e externo com vistas à construção coletiva da qualidade acadêmica e administrativa da Instituição. A autoavaliação institucional deve se configurar como processo pelo qual a comunidade participa ativamente nos processos avaliativos e, por conseguinte, nas tomadas de decisão e de implementação de mudanças. Avaliar significa compreender a universidade no seu contexto e no seu todo, reconhecendo suas singularidades.

5 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE AVALIAÇÃO

Os processos avaliativos devem estar alinhados ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e os elementos que o constituem, como missão, objetivos, políticas e diretrizes. Tais elementos, somados aos indicadores de avaliação externa, formam o escopo da Avaliação Institucional proposto no presente Projeto.

Esses processos precisam, igualmente, estar articulados e integrados com a avaliação externa, dando atenção especial aos resultados do Exame Nacional de Desempenho do Estudante (Enade), ao Conceito Preliminar de Curso (CPC), ao Índice Geral de Cursos (IGC), do Censo da Educação Superior e ao Questionário Socioeconômico. Tais insumos, somados aos processos de avaliação interna, possibilitam traçar um panorama da qualidade acadêmica e institucional, contribuindo com a tomada de decisão.

É papel da Avaliação Institucional subsidiar a gestão e demais segmentos da comunidade acadêmica, por meio de relatórios analíticos produzidos a partir de processos avaliativos internos e externos. Só assim, servirá de ferramenta para a melhoria da qualidade acadêmica e o cumprimento da missão e objetivos institucionais.

A legitimidade dos processos avaliativos desencadeados pela CPA ocorre por meio da participação da comunidade acadêmica e da sociedade civil organizada, tanto na validação dos instrumentos, quanto na participação enquanto sujeitos do próprio processo de avaliação. Isso implicará na criação de espaços de diálogo com os mais diversos interlocutores institucionais e comunitários.

6 PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Para orientar os processos de Autoavaliação Institucional, a CPA adota um conjunto de princípios, de acordo com o Sinaes, e com os documentos oficiais da Instituição, entre eles, o PDI. São princípios orientadores dos processos de Autoavaliação Institucional:

- a) Caráter formativo da avaliação: fortalecimento de uma cultura de avaliação que possa atender à missão, à visão de futuro e aos objetivos institucionais;
- b) Participação: baseada na criação de espaços de diálogo com os mais diversos interlocutores institucionais e da comunidade externa;
- c) Retroalimentação: avaliação institucional como estratégia para a tomada de decisão, com vistas à melhoria constante da qualidade educativa e da consolidação da missão e responsabilidade social da Instituição;
- d) Globalidade: avaliação institucional integradora e sistêmica, aquela que envolve todas as dimensões e segmentos da Instituição;
- e) Legitimidade: implica na participação ativa da comunidade na elaboração e validação dos processos e instrumentos de avaliação, bem como na tomada de decisões;
- f) Unidade de procedimentos: avaliação institucional realizada a partir de dimensões, de indicadores e de critérios previamente definidos e de conhecimento do público;
- g) Fidedignidade: avaliação institucional construída e processada a partir de metodologia validada e de dados e informações confiáveis;
- h) Autonomia: atuação autônoma da CPA em relação aos demais órgãos colegiados da Instituição;
- i) Continuidade: qualidade dos processos avaliativos e grau de eficácia das medidas adotadas, a partir dos resultados obtidos e periodicidade da avaliação.

7 OBJETIVOS

- a) Fomentar e fortalecer a cultura da avaliação nos diversos segmentos da Instituição, para que sua missão, seus valores e seus objetivos possam ser alcançados com qualidade acadêmica e pertinência social e se consolide enquanto processo de melhoria da qualidade acadêmico-administrativa e sirva como base para o Planejamento Institucional
- b) Promover a interlocução com a comunidade acadêmica, a comunidade externa e a gestão da Instituição, subsidiando-os com diagnósticos e análises dos resultados dos processos das avaliações internas e externas, tornando-os públicos à comunidade acadêmica, com vista à melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão, numa perspectiva multidimensional;
- c) Produzir conhecimento crítico sobre a Instituição visando ao aperfeiçoamento das práticas institucionais e o atendimento dos objetivos e metas propostos no PDI;
- d) Acompanhar os processos e ações da gestão da Unoesc para que os resultados dos processos avaliativos se convertam em ações de melhoria e sejam utilizados como base nos processos de aperfeiçoamento das políticas e diretrizes institucionais;

8 DIRETRIZES

- a) Orientar-se pelas políticas, normas e diretrizes advindos do Sinaes e demais normativas da Instituição, primando pelos princípios da legalidade, da impessoalidade, da publicidade e da eficiência, articulando e alinhando a autoavaliação institucional com a avaliação externa.
- b) Implementar os processos autoavaliativos, tendo como referência os eixos e as dimensões do Sinaes, evidenciando e atestando a coerência entre a avaliação institucional e o que está estabelecido no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
- c) Verificar, por meio dos processos avaliativos, em que medida a missão assumida pela Unoesc, se efetiva na perspectiva da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- d) Aprimorar e diversificar os mecanismos de discussão, divulgação e encaminhamento dos resultados dos processos avaliativos junto a professores, estudantes, técnico-administrativos, comunidade externa e direção da Instituição, visando a tomada de decisão e a melhoria da qualidade acadêmica;
- e) Gerir a estrutura de acompanhamento para monitorar, com base em indicadores, o quanto foi alcançado em relação ao que foi estabelecido no PDI, bem como para registrar as ações de melhorias a serem implementadas e a sua execução pela gestão e demais setores da Instituição.

9 EIXOS, DIMENSÕES E PROCESSOS DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A Avaliação Institucional compreende três dimensões, quer sejam, a autoavaliação – protagonizada pela comunidade interna e externa; a avaliação externa – realizada pelas comissões de pares externos, em articulação com a autoavaliação; e a meta-avaliação – processo de reflexão interna sobre o processo avaliativo como um todo, visando ao aperfeiçoamento dos mecanismos e dos instrumentos utilizados na avaliação institucional (SOBRINHO, 2000).

A autoavaliação permite a construção de uma cultura interna de qualidade, cria mecanismos de autorregulação, estimula a diversidade de visões e propõe mudanças de rumo. Além disso, a avaliação interna prepara as bases para o planejamento institucional e para a avaliação externa.

A avaliação externa, por sua vez, além de complementar a autoavaliação, possibilita o olhar da sociedade e dos órgãos oficiais em relação às atividades acadêmico-administrativas e sua atuação junto à comunidade. É de iniciativa da própria instituição, quando assim necessitar, ou de órgãos com poderes constituídos para isso, como é o caso do INEP. A avaliação externa permite uma melhor comparação com outras instituições; baseia-se em questões consideradas de prioridade mais gerais; reforça as decisões da administração central na busca de respostas globais para a instituição e estimula o planejamento, a eficiência e a eficácia.

Já a meta-avaliação volta-se ao processo realizado e articula o futuro desse processo em um novo nível (YARZÁBEL, 1998). Resulta da avaliação das dimensões interna e externa e ajuda a reorganizar as metas e a adotar medidas que institucionalmente deverão ser tomadas. Constitui elemento fundamental para superar as avaliações episódicas, instaurando uma cultura de avaliação. Tais processos necessitam ser trabalhados de forma integrada, como representado na Figura 1.

Figura 1 – Processos integrados da avaliação institucional



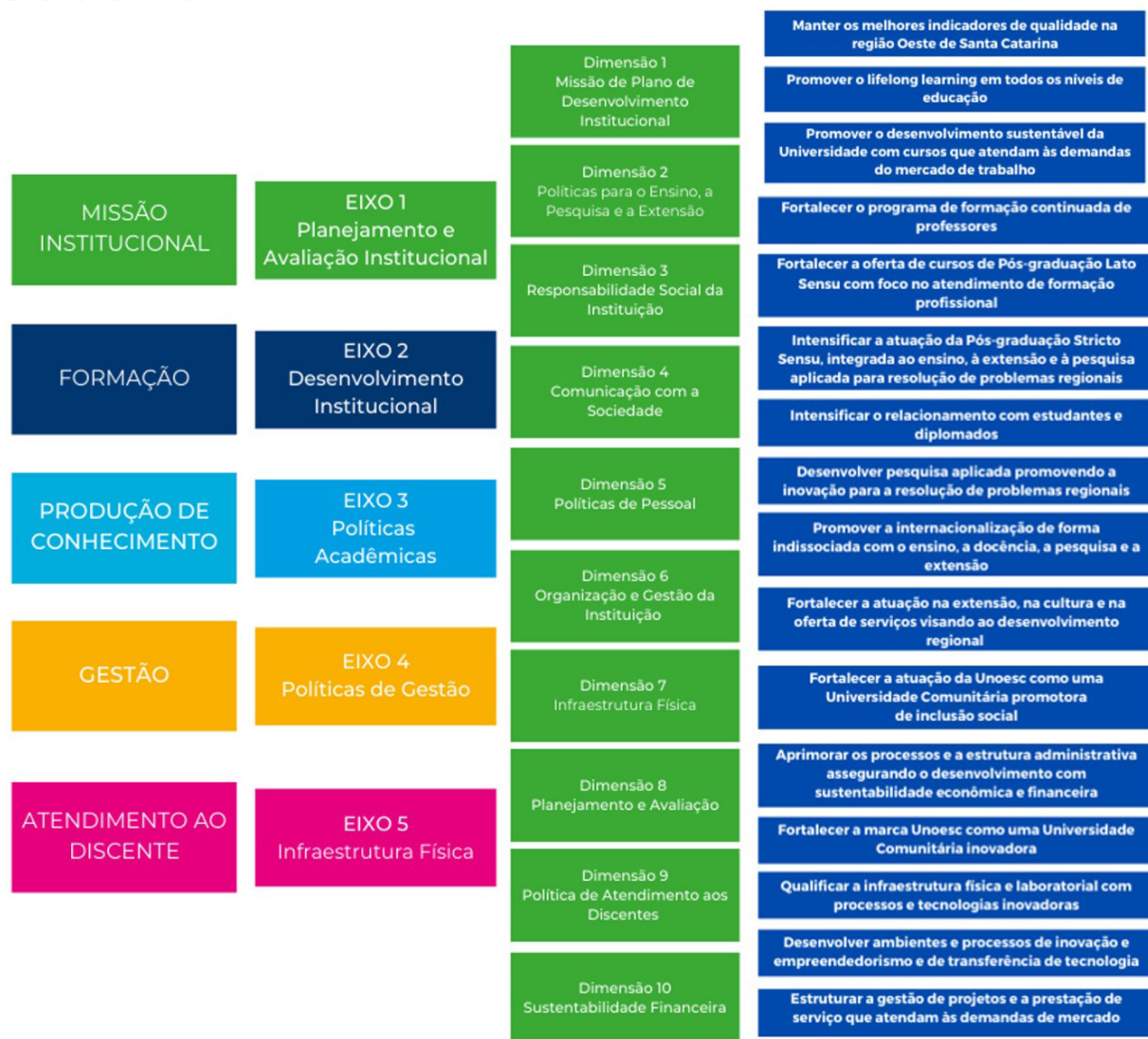
Fonte: Comissão Própria de Avaliação (2023).

No ciclo 2024–2026, pretende-se trabalhar os processos de autoavaliação a partir dos seguintes eixos:

- Missão e objetivos institucionais;
- Formação, produção de conhecimento;
- Gestão; atendimento ao discente.

Tais eixos articulam-se aos cinco eixos previstos na Lei do Sinaes. Essa articulação pode ser verificada na Figura 2.

Figura 2 – Interação entre os eixos avaliativos



Fonte: Comissão Própria de Avaliação (2023).

9.1 EIXO 1 – MISSÃO E OBJETIVOS INSTITUCIONAIS

No eixo “missão e objetivos institucionais”, será avaliado o percurso da Instituição em relação à sua inserção social e sua atuação face ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, à memória cultural, à produção artística e ao patrimônio cultural, fazendo-se o cotejo com os objetivos institucionais previstos no PDI.

A CPA tem o compromisso de evidenciar o quanto foi alcançado em relação ao que foi estabelecido no PDI, bem como os desafios a serem enfrentados, indicando parâmetros para o processo de tomada de decisão dos gestores, professores e funcionários.

Figura 3 – Eixo “Missão e Objetivos institucionais”



Fonte: Comissão Própria de Avaliação (2023).

PROCESSOS DE AUTOAVALIAÇÃO DA MISSÃO E OBJETIVOS INSTITUCIONAIS

No Ciclo Avaliativo 2024–2026, dar-se-á prioridade à avaliação da coerência entre missão, objetivos e metas institucionais previstos no PDI e as correspondentes ações implementadas:

Quadro 1 – Processo de avaliação do eixo “missão e objetivos institucionais”

O que avaliar	Instrumentos	Público alvo	Periodicidade
Avaliação da coerência entre missão, objetivos e metas institucionais previstos no PDI e as ações implementadas	Questionário Levantamento de dados, pesquisa e análise de dados	Comunidade externa, professores, estudantes e técnico-administrativos	No segundo ano do ciclo avaliativo – 2025/ 2º semestre
Avaliação pela comunidade externa	Questionário Levantamento de dados	Comunidade externa	No primeiro (2024) ano do ciclo avaliativo

Fonte: Comissão Própria de Avaliação (2026).

9.2 EIXO 2 – FORMAÇÃO

No eixo “formação”, serão avaliados os processos de ensino e aprendizagem dos cursos de graduação e pós-graduação, assim como as estruturas de apoio e a gestão. O papel da CPA nesse processo consistirá em verificar/analisar a coerência entre o PDI e as ações acadêmico-administrativas relativas ao ensino de graduação e pós-graduação. Também produzir-se-á relatórios sobre o desempenho da Instituição no Enade, CPC, IGC e Conceito de Curso.

Figura 4 – Eixo “Formação”



Fonte: Comissão Própria de Avaliação da Unoesc (2023).

PROCESSOS DE AUTOAVALIAÇÃO DA FORMAÇÃO

No Ciclo Avaliativo 2024–2026, dar-se-á prioridade aos seguintes processos de autoavaliação do ensino de graduação e pós-graduação presenciais, híbridos e a distância:

Quadro 2 – Processos de avaliação do eixo “ensino”

O que avaliar	Instrumentos	Público-alvo	Periodicidade
Avaliação dos processos de ensino e aprendizagem dos cursos de graduação	Questionário	Docentes e discentes	Semestral ou anual
Avaliação da atuação dos diplomados no ambiente socioeconômico	Questionário	Diplomados	No primeiro (2024) ano do ciclo avaliativo
Avaliação da política e ações acadêmico-administrativas para a PG lato e stricto sensu	Questionários Relatórios da Capes Análise documental Análise de dados	Docentes e Discentes	A cada ano do ciclo avaliativo

Comissão Própria de Avaliação da Unoesc (2026).

9.3 EIXO 3 – PESQUISA, INOVAÇÃO E EXTENSÃO

No eixo “pesquisa, inovação e extensão”, serão contemplados os eixos 2 e 3 e respectivas dimensões 2 e 9, previstas no Sinaes, assim como os objetivos institucionais e respectivos indicadores estabelecidos no PDI, conforme representado na figura.

Figura 5 – Eixo “Pesquisa, Inovação e Extensão”



Comissão Própria de Avaliação da Unoesc (2023).

O papel da CPA, nesse processo, consistirá em constatar a coerência entre as ações acadêmicas de pesquisa, extensão e cultura desenvolvidas pela Instituição e aquilo que se prevê nas políticas e ações do PDI.

PROCESSOS DE AUTOAVALIAÇÃO DA PESQUISA, INOVAÇÃO E EXTENSÃO

Quadro 3 – Processos de avaliação do eixo “pesquisa, inovação e extensão”

O que avaliar	Instrumentos	Público	Periodicidade
Avaliação da política e ações acadêmico-administrativas para a pesquisa, inovação e extensão	Questionário Análise documental Grupo Focal	Docentes e Discentes	No terceiro (2026) ano do ciclo avaliativo

Fonte: Comissão Própria de Avaliação da Unoesc (2023).

9.4 EIXO 4 - ATENDIMENTO AO DISCENTE

No eixo “atendimento aos discentes” será contemplado o eixo 3 e respectivas dimensões 2 e 9, previstas no Sinaes, assim como os objetivos institucionais e respectivos indicadores estabelecidos no PDI, conforme representado na figura a seguir.

Figura 6 – Eixo “Atendimento ao Discente”



Comissão Própria de Avaliação da Unoesc (2023).

O papel da CPA, nesse processo, consistirá em fazer o cotejo entre as políticas de atendimento aos discentes promovidas pela Instituição e o que está efetivamente expresso no PDI e, a partir dele, sugerir/recomendar ações de melhorias.

PROCESSOS DE AUTOAVALIAÇÃO DO EIXO “ATENDIMENTO AO DISCENTE”

Quadro 4 – Processos de avaliação do eixo “atendimento aos discentes”

O que avaliar	Instrumentos	Público	Periodicidade
Avaliação da política e programas de apoio aos discentes	Questionário Análise documental	Discentes	No último ano do ciclo avaliativo (2026)

Fonte: Comissão Própria de Avaliação da Unoesc (2023).

9.5 EIXO 5 – GESTÃO

No eixo “gestão” serão contemplados os eixos 1, 2, 4 e 5 e respectivas dimensões 5, 6, 8 e 10 previstas na Lei do Sinaes. O processo inclui, ainda, a avaliação dos objetivos e respectivos indicadores estabelecidos no PDI, como demonstrado na figura.

Figura 7 – Eixo “Gestão”



Fonte: Comissão Própria de Avaliação da Unoesc (2023).

A CPA terá papel estratégico nesse processo, pois acompanhará a evolução institucional a partir dos processos de planejamento e avaliação institucional. É

também nesse processo, que a CPA avaliará as políticas de pessoal, a carreira do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.

A avaliação contemplará ainda, a organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios, além da sustentabilidade financeira da Instituição, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior na região de sua abrangência.

PROCESSOS DE AUTOAVALIAÇÃO DA GESTÃO

Quadro 5 – Processos de autoavaliação do eixo “gestão”

O que avaliar	Instrumento	Público	Periodicidade
Avaliação da gestão administrativa e acadêmica	Questionário	Docentes Técnico-administrativos	No segundo ano do ciclo avaliativo – 2025-
Avaliação do Perfil dos Estudantes Ingressantes	Questionário	Discentes ingressantes	Anual/ 1º semestre

Fonte: Comissão Própria de Avaliação da Unoesc (2023).

10 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

10.1 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

A Autoavaliação Institucional terá relevância e eficácia na medida em que contribui para o aprimoramento da qualidade dos serviços educacionais ofertados pela Instituição.

Os processos de Autoavaliação que serão implementados pela CPA pautar-se-ão, na medida do possível, nos pressupostos metodológicos da pesquisa qualitativa, amparados no paradigma sócio--histórico de investigar. Segundo Freitas (2003, p. 3), o paradigma sócio-histórico de pesquisa:

[...] compreende a realidade como uma construção dos múltiplos sujeitos que nela interagem, incorporando o conflito. A relação do pesquisador com o objeto de pesquisa é marcada pelo desejo de mudança, pelo compromisso com a emancipação humana. Suas análises contextualizadas, indutivas, qualitativas [...] valorizam a importância dos processos sociais coletivos.

Nessa perspectiva teórica, pesquisador e pesquisado são partes integrantes do mesmo processo investigativo; ambos assumem o compromisso com a transformação da realidade. A produção do conhecimento, nessa perspectiva, não resulta de relação meramente causal (causa-efeito, ou sujeito-objeto), mas de um processo dialético, cujos fenômenos são constatados e analisados a partir de um contexto e das contradições que eventualmente possam apresentar, com o objetivo de melhor compreendê-los e ressignificá-los. Há, portanto, nessa perspectiva, uma relação entre sujeitos integrantes de um mesmo processo investigativo.

Na pesquisa qualitativa há uma combinação metodológica que envolve trabalho teórico e trabalho exploratório/empírico. No trabalho teórico, para essa natureza investigativa, costuma-se adotar a técnica da análise de conteúdo, proposta por Bardin (1995). Essa técnica permite que o pesquisador explore mais os significados que os conteúdos possam estar querendo expressar, do que a mera descrição e interpretação de dados.

10.2 TÉCNICAS, FONTES E INSTRUMENTOS DE PESQUISA

No Ciclo Avaliativo 2024-2026, a CPA adotará, basicamente, o questionário semiestruturado como técnica de levantamento de dados e informações, com instrumentos abertos, flexíveis e dinâmicos, possibilitando-se a inserção de críticas, comentários e sugestões, além do desenvolvimento da coleta de dados baseada no Grupo Focal para avaliar pesquisa, inovação e extensão (pelos discentes e docentes) e para a avaliação pela Comunidade Externa

As fontes alimentadoras dos processos avaliativos serão aquelas de origem interna, como documentos, banco de dados, resultados nas avaliações com o apoio de ferramentas de *business intelligence* (*Power BI*) , sistema *Redmine* e aquelas advindas das pessoas envolvidas. Já as fontes de origem externa serão aquelas disponibilizadas oficialmente pelo INEP, IBGE, E-Mec, entre outras.

Os instrumentos de avaliação serão elaborados com a participação do Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP) e de representantes de pessoas que estarão envolvidas em cada um dos processos. Uma vez aprovados pela CPA, os instrumentos serão disponibilizados ao público inserido no processo por meio eletrônico, com o suporte da Coordenadoria de Tecnologia da Informação (TI) da Instituição. Para os levantamentos de dados dos Estágios e Trabalhos de Conclusão de Curso – através dos questionários – utilizará a ferramenta *Google Forms*.

Com o objetivo de fundamentar a análise dos dados, far-se-á uso de fontes secundárias, como referências, documentos e banco de dados, conferindo aos relatórios caráter exploratório e qualitativo.

10.3 ETAPAS DOS PROCESSOS AVALIATIVOS

Os processos avaliativos serão implementados, cada qual, mediante apresentação de projeto específico, destacando-se, entre outros elementos, o eixo avaliativo, suas relações com os eixos e dimensões do Sinaes, além dos objetivos e indicadores do PDI. Deverão conter, ainda, as etapas dos processos, conforme segue:

1ª – Planejamento do processo avaliativo, com a definição do eixo avaliativo, suas relações com os eixos e dimensões do Sinaes, bem como com os objetivos e indicadores do PDI;

2ª – Definição das estratégias metodológicas de coleta e análise de dados, bem como do público que participará do processo;

3ª – Definição e elaboração do instrumento de avaliação;

4ª – Validação do instrumento de coleta dos dados;

5ª – Ações de sensibilização com vista à participação das pessoas no processo de avaliação;

6ª – Coleta e tratamento de dados e informações;

7ª – Produção de relatório analítico dos indicadores avaliados;

8ª – Socialização dos resultados por meio de reuniões e eventos organizados para tal fim;

9ª – Encaminhamento de ações de melhoria por meio de reuniões de trabalho com os setores e a administração central;

10ª – Meta-avaliação do processo avaliativo, identificando fragilidades e potencialidades, visando qualificar as etapas seguintes;

11ª – Registro no *Redmine* dos instrumentos de autoavaliação e sugestões de ações a serem realizadas pelos gestores, coordenadores e responsáveis pelos setores referentes às recomendações da CPA;

12ª – Publicidade dos resultados por meio de impressão gráfica e/ou versão on-line, folders, relatórios e utilização dos meios de comunicação;

13ª – Incentivo à publicação de artigos, TCC, teses e dissertações sobre os resultados da avaliação.

A Figura 8 ilustra as etapas dos processos de avaliação.

Figura 8 – Etapas do processo de avaliação



Fonte: Comissão Própria de Avaliação (2023).

10.4 TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

Os dados serão sistematizados, tabulados e representados graficamente, para, num segundo momento, proceder-se à sua análise e discussão. Quando tabulados, serão utilizados os vários formatos de tabulação, incluindo a divulgação para a gestão da universidade através dos painéis de *Power BI*.

A metodologia adotada para a realização dos processos avaliativos não pretende ser única e engessada. Para cada processo avaliativo buscar-se-á os melhores instrumentos e a melhor metodologia, para que a avaliação se torne processo formativo e qualificado. Resumidamente, o tratamento e a análise dos dados contemplarão as seguintes etapas:

- a) Exame detalhado dos dados coletados, buscando identificar erros, evitando informações confusas, distorcidas e incompletas;
- b) Codificação dos dados, compreendendo o cálculo da média, o desvio-padrão e o seu agrupamento em categorias de análise;
- c) Organização dos dados em tabelas, quadros, figuras e gráficos, visando facilitar sua compreensão e análise;
- d) Divulgação e acompanhamento dos resultados nos painéis de *Power BI*;
- e) Análise e discussão dos dados e informações por categoria de análise.

11 SOCIALIZAÇÃO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO

A Autoavaliação Institucional somente terá legitimidade se contar com a participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica, incluídos aí professores, estudantes, funcionários técnico-administrativos e dirigentes.

Contará igualmente, com a participação da comunidade externa, como diplomados, entidades, órgãos públicos, empresários e órgãos de classe.

Para se assegurar a participação das comunidades interna e externa nos processos de autoavaliação, adotar-se-á a seguinte estratégia:

- a) Num primeiro nível: interlocução da CPA com a reitoria, as pró-reitorias, as coordenações de curso e demais setores coordenados institucionalmente;
- b) Num segundo nível: interlocução da CPA com os professores, técnico-administrativos, estudantes e diplomados;
- c) Num terceiro nível: interlocução da CPA com a comunidade externa;
- d) Num quarto nível: integração da CPA com o setor de planejamento institucional.

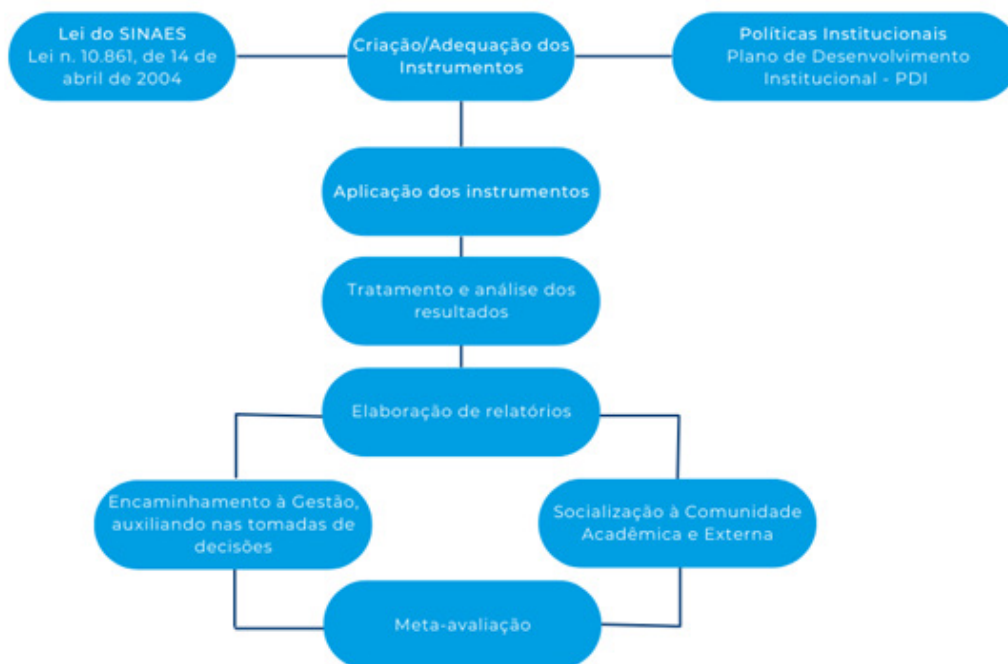
Todo o esforço estará focado na mobilização dos sujeitos dos diversos níveis, por meio do diálogo, criando espaços para a participação, o debate e a crítica. Essa é a condição para que o processo de avaliação obtenha legitimidade, evitando-se o caráter punitivo e controlador das práticas avaliativas.

A participação dos segmentos passa pelo planejamento dos processos avaliativos, sobretudo na definição dos indicadores a serem avaliados e dos instrumentos a serem aplicados. Passa igualmente, pela sensibilização dos que serão envolvidos nos processos, pela disposição de responder aos instrumentos de pesquisa, pelo interesse na socialização dos resultados e encaminhamentos a serem dados e pelo comprometimento na execução das ações de melhoria a serem implementadas.

A socialização dos processos de avaliação interna e externa se dará em três níveis: divulgação por meio eletrônico, via site da Instituição; promoção de eventos, como reuniões, seminários; e publicação impressa e on-line dos relatórios.

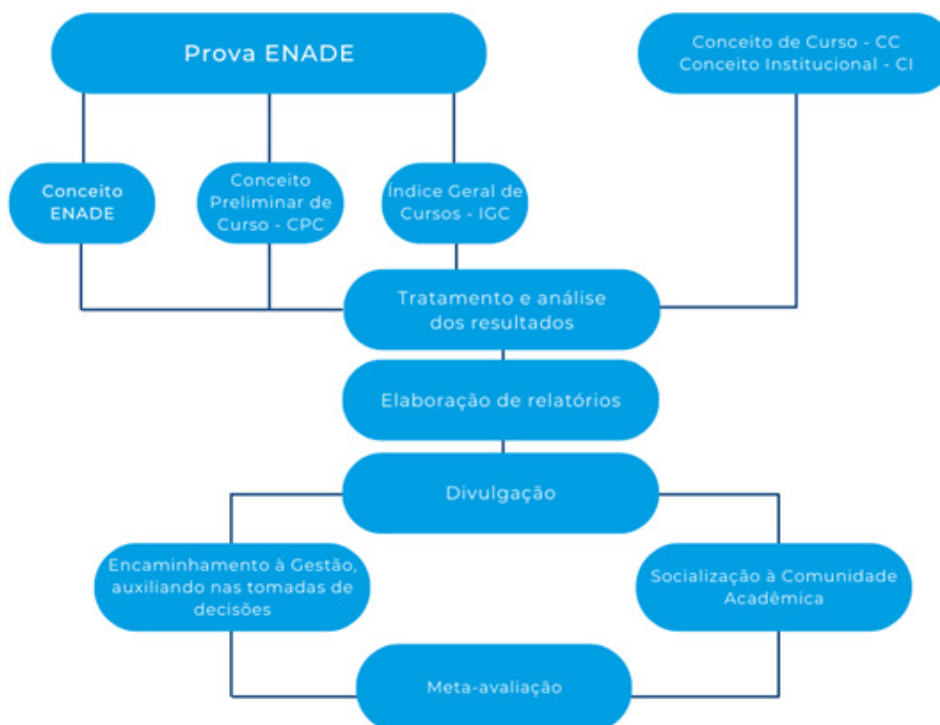
Com isso, pretende-se não só dar encaminhamento às ações de melhorias a serem implementadas, como contribuir com a institucionalização da cultura de avaliação, necessária para se ter a adesão dos envolvidos. Os processos de socialização da avaliação interna e externa obedecerão aos seguintes fluxogramas:

Figura 9 – Fluxograma dos processos de avaliação interna



Fonte: Comissão Própria de Avaliação (2023).

Figura 10 – Fluxograma dos processos de avaliação externa



Fonte: Comissão Própria de Avaliação (2023).

Na socialização dos resultados da avaliação, terão atenção especial os estudantes, uma vez que todos os processos avaliativos possuem relação, de um modo ou de outro, com a qualidade acadêmica que se quer imprimir a essa formação, sobretudo àqueles processos que avaliam as políticas de ensino, pesquisa e extensão, as políticas de apoio ao discente, o ensino e a aprendizagem, a infraestrutura física e a gestão do curso. Para isso, pretende-se incentivá-los a participar e propiciar a socialização dos resultados da avaliação. Mais do que envolver os estudantes nos processos de avaliação, é preciso dar-lhes o retorno em relação às melhorias encaminhadas e sua concretização.

A participação da comunidade externa não só é necessária, mas importante. Considerando a Unoesc ser uma universidade comunitária, o envolvimento no processo dará legitimidade aos processos de Autoavaliação Institucional. A participação em avaliações que envolvem a missão institucional, a responsabilidade social e a comunicação com a sociedade – dimensões previstas no Sinaes, é vital para que a Instituição continue respondendo ao desafio de participar dos processos de desenvolvimento regional, elemento constituinte do texto que expressa a missão institucional.

12 ESTRUTURA DE APOIO À CPA

A organização e operacionalização dos processos de Autoavaliação Institucional são de responsabilidade da CPA, órgão autônomo, vinculado à Reitoria da Unoesc. A constituição dos membros da CPA obedece ao que está estabelecido no artigo 11, incisos I e II da Lei nº 10.861, Lei do Sinaes. Sua composição contempla os segmentos da comunidade interna e da sociedade civil. O modelo *multicampi* adotado pela Unoesc possibilita a ampliação dos participantes da CPA, que passa a ter um membro por segmento em cada um de seus cinco *campi*. Os representantes do corpo docente e técnico-administrativo são indicados pelos seus pares; os representantes do corpo discente pelo Diretório Central de Estudantes; já os representantes da sociedade civil são indicados por entidades legalmente constituídas.

A CPA dispõe de meios e condições materiais necessários para a realização dos seus trabalhos e é pelas Diretorias de Ensino e Diretorias de Pesquisa, Pós-graduação, Extensão e Inovação, no que diz respeito à comunicação dos resultados dos processos avaliativos na amplitude de cada campus.

São atribuições da CPA:

- I. Aprovar o seu Regimento interno nos termos da legislação e das diretrizes gerais emanadas da Política Nacional de Avaliação da Educação Superior;
- II. Aprovar o planejamento do processo de Autoavaliação Institucional, definindo objetivos, metodologias, estratégias, recursos necessários e cronograma das ações;
- III. Coordenar os processos internos de avaliação institucional, de sistematização de seus resultados e de prestação das informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP;
- IV. Assegurar a participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil no processo de autoavaliação institucional.
- V. Aprovar os instrumentos de avaliação a serem aplicados junto à comunidade interna, a diplomados e à sociedade civil, analisando e divulgando seus relatórios;
- VI. Subsidiar a gestão da Instituição com relatórios e informações decorrentes da autoavaliação, visando à melhoria da gestão acadêmica e administrativa;

- VII. Desenvolver estudos e análises sobre os resultados dos processos de autoavaliação, bem como sobre temas e cenários que dizem respeito à educação superior, disponibilizando-os aos dirigentes, aos conselhos e à comunidade acadêmica, visando à melhoria da qualidade da Instituição;
- VIII. Prestar informações solicitadas pela Administração Superior da Instituição;
- IX. Exercer a prerrogativa de ter acesso, a qualquer momento, a informações e dados de posse de setores da Instituição;
- X. Avaliar as dinâmicas, procedimentos e mecanismos de autoavaliação institucional, propondo melhorias em seus processos;
- XI. Acompanhar os processos de avaliação externa de responsabilidade do Ministério da Educação, realizando estudos qualitativos a partir de seus resultados, disponibilizando-os à Administração Superior da Instituição.
- XII. Sensibilizar e mobilizar as comunidades interna e externa para a participação ativa nos processos de autoavaliação institucional, realizando encontros, cursos, debates, visitas e dando ampla divulgação de seus resultados.
- XIII. Promover o debate com a comunidade acadêmica (docentes, estudantes, direção e pessoal técnico-administrativo) e a sociedade em torno dos resultados da avaliação interna, propondo ações que visem à melhoria institucional, criando as condições para o processo de avaliação externa.
- XIV. Verificar e acompanhar as ações que demandam dos processos avaliativos.

A Avaliação Institucional somente terá eficácia, se trabalhar em interlocução permanente com setores da Instituição que atuam em áreas diretamente relacionadas com os processos avaliativos, como, por exemplo, a Coordenadoria de Planejamento Institucional, a Coordenadoria de Tecnologia da Informação e a Coordenadoria de Comunicação e Marketing, além de outros setores vitais para a manutenção das atividades da IES.

REFERÊNCIAS

AFONSO, A. J. **Avaliação educacional regulação e emancipação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

BAGGI, Cristiane Aparecida Dos Santos; LOPES, Doraci Alves. Evasão e avaliação institucional no ensino superior: uma discussão bibliográfica. *Avaliação (Campinas)*, vol. 16, nº 2, Sorocaba, julho de 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.

BRASIL. **Lei nº 10.861**, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm>. Acesso em: 25 set. 2020.

DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação**: políticas educacionais e reformas da Educação Superior. São Paulo: Cortez, 2003.

DIAS SOBRINHO. **Avaliação da educação superior**. Vozes, Petrópolis, 2000.

DIAS SOBRINHO, J. *et al.* (coordenador). Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES: **bases para uma nova proposta da educação superior**. Comissão Especial da Avaliação da Educação Superior (CEA). UNICAMP, 2003.

DIAS SOBRINHO, José *et al.* **Universidade em Ruínas**: na república dos professores. Petrópolis: Vozes, 1999.

DUARTE, Marisa R. Teixeira, ALVIM, Cristina Gonçalves. **Políticas públicas de avaliação: educação superior e ações de extensão universitária** Interfaces – Revista de Extensão, v. 3, n. 1, p. 3-21, jul./dez. 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/Luiz/Downloads/18961-Texto%20do%20artigo-50407-1-10-20200128.pdf>. Acesso em: 25 set. 2020.

FREITAS, Maria Teresa A. A pesquisa na perspectiva sócio-histórica: um diálogo entre paradigmas. In: **26ª Reunião Anual da Anped**, Poços de Caldas. CD-ROM, 2003. v. 1. INEP. Nota Técnica INEP/DAES/CONAES Nº 065. **Roteiro para Relatório de Auto avaliação Institucional**. Brasília, 09 de outubro de 2014. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/nota_tecnica/2014/nota_tecnica_n65_roteiro_relatorio_de_autoavaliacao_institucional.pdf. Acesso em: set. 2020.

MORIN, Edgar; LE MOIGNE, Jean-Louis. **A Inteligência da Complexidade**. São Paulo: Petrópolis, 2000.

RISTOFF, D. I. **Avaliação da Educação Superior**: flexibilização e regulação. In: DOU-RADO, L. F.; CATANI, A. M.; OLIVEIRA, J. F. de (Orgs.). Políticas e gestão da Educação Superior transformações recentes e debates atuais. São Paulo: Xamã; Alternativa; NEDESC, 2003. p. 137-157.

SOUZA, José Vieira de (Org.). **Expansão e avaliação da educação superior brasileira**: formatos, desafios e novas configurações. Belo Horizonte/MG: Fino Traço/ Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, 2015.

SGUISSARDI, Valdemar. Para avaliar propostas de Avaliação do Ensino Superior. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 76, n. 184, p. 549-578, set/dez. 1995.

UNESCO. **Declaração mundial sobre a educação superior no século XXI**: visão e ação. Paris: UNESCO, 1998.